

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Parecer da Comissão de Política Geral sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que “converte automaticamente os contratos administrativos de provimento a termo certo, celebrados pelas Juntas Autónomas dos Portos da Região Autónoma dos Açores com vários trabalhadores em contratos por tempo indeterminado”,

A Comissão de Política Geral reuniu, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, no dia 3 de Maio de 2001, por solicitação de sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para discutir e analisar a Proposta de Decreto Legislativo Regional que “converte automaticamente os contratos administrativos de provimento a termo certo, celebrados pelas Juntas Autónomas dos Portos da Região Autónoma dos Açores com vários trabalhadores em contratos por tempo indeterminado”.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão do parecer à presente Proposta de Decreto Legislativo Regional exerce-se nos termos dos artigos 144º. e 146º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Capítulo II

Apreciação

Depois de consultados os representantes dos trabalhadores, nos termos do disposto no artigo 145º. do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, conforme Pareceres e Relatório que se juntam em Anexo, a comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade e especialidade à presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, ressalvando-se porém que, no preâmbulo da proposta de diploma em causa, deve referir-se “Decreto-Lei nº. 421/99, de 21 de Outubro”, em vez de “Decreto-Lei nº. 421/99, de 2 Outubro”, para além de que deve referir-se, no final do mesmo preâmbulo, *“foram ouvidos os representantes dos trabalhadores”* em vez de *“foi ouvido o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias”*.

Angra do Heroísmo, 3 de Maio de 2001.

O Relator, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel da Silva Azevedo

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Parecer da Subcomissão de Política Geral da audição dos representantes sindicais sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que “converte automaticamente os contratos administrativos de provimento a termo certo, celebrados pelas Juntas Autónomas dos Portos da Região Autónoma dos Açores com vários trabalhadores em contratos por tempo indeterminado”,

No dia 27 de Abril de 2001, a Subcomissão de Política Geral reuniu, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, constituída pelo Presidente da Subcomissão de Política Geral e representante do Grupo Parlamentar do PSD, Deputado Manuel da Silva Azevedo, representante do Grupo Parlamentar do PS, Deputado Renato Leal, representante do PCP, José Decq Mota. O representante do PP não compareceu.

Foram ouvidos os Srs. Henrique Monteiro, José Jesuíno Ventura Coelho e António José Maurício de Almeida, Delegados Sindicais do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias.

Todos deram parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Foi ouvido, também, o Sr. João Decq Mota, representante do sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores que igualmente se mostrou favorável à proposta de diploma, entregando um parecer escrito que se anexa ao processo.

O SINTAP não compareceu.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Horta, 27 de Abril de 2001.

O Relator, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel da Silva Azevedo

(Os referidos pareceres encontram-se arquivados no respectivo processo, sem suporte informático).